

**FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDARIA: ESPAÇO PEDAGÓGICO PARA
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA VIDA SAUDÁVEL.**

NASCIMENTO SILVA, Lidiane do
Estudante de Ecologia
Bolsista PROEXT – INCUBES – GEPeeeS – MEC – PRAC – UFPB
lidianepbecologia@hotmail.com

MELO, Kym Kanatto Gomes
Estudante bolsista da INCUBES/GEPEEEs
Universitário do Curso de Ciência da Computação – CCAE
kym.kanatto@dce.ufpb.br

PALHANO SILVA, Paulo Roberto
Professor Dr. Orientador
Líder do GEPeeeS - CCAE – UFPB - CNPq
Integrante da INCUBES - UFPB
ppalhao1@gmail.com

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O presente trabalho busca refletir acerca das feiras populares agroecológicas e solidárias como espaços pedagógicos de vivência de saberes e de construir uma identidade da vida saudável para todos – produtores e consumidores – que com regularidade vivenciam formas de relações sociais, de sociabilidade e autogestão. O trabalho vincula-se às ações educativas do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Etnia e Economia Solidária – GEPeeeS e a Incubadora de Empreendimentos Econômicos e Solidários – INCUBES, ambos da UFPB, como parte das ações do 2012-2012 Proext– MEC-PRAC-UFPB. Dentre o foco dos estudos, procura-se perceber a relevância para a produção e comercialização de produtos livres de agrotóxicos. Especialmente, como o princípio da produção limpa é vivenciado pelos produtores e como é posto no diálogo com os consumidores.

METODOLOGIA: O trabalho teórico-metodológico vem sendo pautado por: a) leitura da bibliografia especializada sobre a temática; b) estudo sobre a pesquisa-ação; c) construção dos instrumentos de coleta de informação; c) aplicação dos instrumentos, sistematização dos dados, análise dos dados; d) publicação dos dados tornando-os de domínio público. Nessa perspectiva a pesquisa quer empoderar a todos no processo;

RESULTADOS: Foram realizadas visitas técnicas às feiras agroecológicas e populares do Vale do Mamanguape.

CONCLUSÕES: As ações educativas estão sendo desenvolvidas reunindo professores do GEPEES e estudantes dos diversos cursos do CCAE – UFPB. Espera-se em breve realizar a elaboração de relatório e conseqüentemente a sua divulgação com os primeiros resultados.

Palavras chaves: Pedagogia – Economia Solidária – Vida saudável

INTRODUÇÃO:

As feiras populares agroecológicas de economia solidária vem se consolidando em muitos espaços dos municípios do Brasil. No Estado da Paraíba as feiras foram iniciadas na década de 1980, especialmente, estimuladas pelos movimentos sociais, especificamente, por ONG's que assessoravam famílias vinculadas a agricultura familiar.

Antes de prosseguir em nosso artigo, faz-se necessário apresentar um preâmbulo situando o trabalho e sua geopolítica. Primeiro lugar: o trabalho busca refletir acerca das feiras populares agroecológicas de economia solidária como espaços pedagógicos de vivência de saberes; segundo lugar: como espaços possuidores de uma identidade e que propõem contribuir para uma vida saudável para todos – produtores e consumidores – que com regularidade vivenciam formas de relações sociais, de sociabilidade, autogestão, já que seus produtos tem como princípio a produção livre de pesticidas, de fungicidas, de agrotóxicos que contaminam o solo, o ar, trazendo prejuízos inmensuráveis para vida das populações humanas e animais que o consomem. Terceiro lugar: o trabalho vincula-se as ações educativas do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Etnia e Economia Solidária – GEPEES e a Incubadora de Empreendimentos Econômicos e Solidários – INCUBES, ambos da UFPB, como parte das ações do Proext 2012-2012 – MEC-PRAC-UFPB. O trabalho toma como locus as Feiras situadas em Salema – Rio Tinto, Praça – Jacaraú, do Campus – UFPB – João Pessoa. Assim, dentre o foco dos estudos, procura-se perceber nas feiras populares agroecológicas de economia solidária a relevância para a produção e comercialização de produtos livres de agrotóxicos para produtores e consumidores. Pergunta-se: como o princípio da produção limpa é vivenciada pelos produtores que comercializam produtos nas feiras? Como é posto o princípio da produção limpa pelos produtores no dialogo

com os consumidores? Qual o resultado do estabelecimento do diálogo entre produtores e consumidores sobre a produção e consumo de produtos limpos.

A nível planetário há um despertar para o consumo de produtos de origem vegetal e animal limpos. Nesse sentido, considera-se ser fundamental a prática de agricultura orgânica que reúne num mesmo processo, a saber: a) práticas de cultivo que resultam em produtos isentos de agrotóxicos, pesticidas, fungicidas, etc., qualificados como produtos saudáveis, sem contaminante e de grande valor nutricional; b) práticas que viabilizam ecossistemas saudáveis, equilibrados, com a biodiversidade, ciclos naturais integrais e certamente com a manutenção das boas atividades biológicas do solo; c) práticas produtivas que propiciam a sustentabilidade econômico-financeira; d) práticas produtivas que não possuam o envolvimento com a exploração do trabalho alheio, sem exploração do trabalho infantil, sem gerar “problemas” trabalhistas; e) práticas produtivas de preservação de sua identidade cultural, por exemplo, manutenção das sementes crioulas, nativas; f) práticas produtivas que gerem a boa saúde para quem a consome, faça uso para cultivá-la, propaga-la e consumi-la; g) práticas produtivas que passam pelos princípios da autogestão na economia solidária. As feiras agroecológicas de economia solidária emergem dentro desses conceitos visando estabelecer um padrão de produção, mas também um padrão de consumo.

1. AS FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Várias são as formas de manifestações e organizações da Economia Solidária. Uma destas formas é a organização de feiras, pelas quais consistem em que consistem em: associações, cooperativas, grupos de produção e empresas autogestionárias. Basicamente ocorrendo nesses espaços trocas solidárias, venda direta e rodadas de negócios. Elas também ocorrem trocas simbólicas, com as atividades culturais, a troca de informações e de saberes, formação e qualificação em Economia Popular Solidária - EPS. Além disso, oferecem oportunidades para o fortalecimento dos fóruns e das redes de economia solidária, para a realização de oficinas e o avanço conceitual de uma economia baseada no cuidado e no respeito humano.

Em 2005, houve-se a Criação do Programa Nacional de Feiras, no sentido de ordenamento, atendendo ao FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária) e objetivando fortalecer o movimento, foi criado o Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária, em parceria com o IMS - Instituto Marista de

Solidariedade, que já apoiava a realização das feiras estaduais e feiras livres e tinha, dentro do seu Programa de Apoio a Projetos, o apoio à Economia Solidária como uma de suas ações. O Programa Nacional de Fomento às Feiras é parte do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, da SENAES, e também uma política estratégica para a promoção do comércio ético e solidário e do consumo responsável. O Departamento de Fomento da SENAES, o IMS, o FBES e a Fundação Banco do Brasil - FBB abraçaram esse desafio para fomentar o movimento em todo o Brasil.

RESÍDUOS ÚMIDOS E O PRINCÍPIO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Nesses ambientes das feiras populares procurou-se perceber a presença dos resíduos úmidos e dos princípios de conservação da natureza, no entanto, os resíduos úmidos podem ser de origem de alimentos tantos para serem humanos como para os animais pelos, engloba as frutas, as verduras, os legumes e as podas das plantas. Podemos perceber em nosso cotidiano que a maior concentração desses resíduos situam-se nas feiras livres, centrais de abastecimento, varejões de frutas, legumes e verduras.

Segundo o princípio da conservação da natureza proposto pelo químico Antoine Laurent de Lavoisier, interpretada pela população “Na Natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma.” (Tito Miragaia Peruzzo e Eduardo Leite do Canto, 1999, página 9). Essa expressão do cientista Lavoisier estimula o pensamento de que tudo que existe na natureza e que nas quais a transformamos, sempre terá uma possibilidade de transformá-la novamente em algo novo e não a perdendo, no entanto, o homem vem reutilizando, reciclando as diversas formas de energia e matéria que nos quais já nos serviu de alguma forma.

A LEGISLAÇÃO

A lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 dos resíduos sólidos estabelece uma diferença entre a reciclagem e a reutilização de produtos. Vejamos o que preconiza a lei quanto a reutilização: o processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua

transformação biológica, física ou físico-química, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente) e, se couber, do SNVS (Sistema Nacional de Vigilância Sanitária) e do SUASA (Sistema Unificado de Atenção a Sanidade agropecuária). Quanto a reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do SISNAMA e, se couber, do SNVS e do SUASA.

Em relação aos resíduos orgânicos encontrados nas feiras, será que podemos fazer algo para o não desperdício deste resíduo? Como diz o princípio estabelecido por Lavoisier que na natureza nada se cria, nada se perde e tudo se transforma, o homem observou e estudou a transformação destes resíduos e no qual foi visto a matéria sendo modificada e adequada para ser usada na agricultura, ao perceber a sua importância e o processo da modificação lenta, foi sendo propostas várias técnicas com a finalidade de obter o menor tempo possível a aceleração da decomposição destes resíduos orgânicos pela ação microbiana, processo tal esse denominado como compostagem, tendo como produto final o composto orgânico ou hummus, onde o qual é conhecido popularmente como adubo natural. Ao haver as mudanças físicas, químicas e biológicas durante a transformação destes resíduos, este tipo de prática é denominado corretamente segundo a lei dos resíduos como a prática de reciclagem.

A presidência da república sancionou a lei Nº 10.831, de dezembro de 2003. Art. 1 Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

Com base nesta lei, alguns dos objetivos do sistema da produção orgânica são:
a) Gerar um uso saudável do solo, da água e do ar, e reduzir ao mínimo todas as formas

de contaminação desses elementos que possam resultar das práticas agrícolas, mantendo ou acrescentando a fertilização do solo em longo prazo. b) incentivar o consumo de produtos orgânicos, produção e comércio desses produtos, a comercialização dos produtos orgânicos deverão ser certificados e reconhecido oficialmente segundo critérios estabelecidos em regulamento, o comércio direto para os consumidores por parte dos agricultores familiares inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrado junto ao órgão fiscalizador, a certificação será facultativa, uma vez assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento. c) Considera-se produto da agricultura orgânica ou produto orgânico, seja ele in natura ou processado, aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local. d) A infração das disposições desta Lei será apurada em processo administrativo e acarretará, nos termos previstos em regulamento, a aplicação das sanções, isolada ou cumulativa. e) O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei.

A HISTÓRIA DO USO DOS AGROTÓXICOS

Uma das mais antigas a respeito do uso de produtos químicos 1000 AC - Homero, na Odisseia, foi uso de enxofre na forma de fumigação para reduzir as manifestações em grãos armazenados, este método é usado até hoje. 200 AC - Cato, em Roma, descreve o uso de betume (asfalto) para produzir inseticida para controlar pestes em videiras. 1755 - Os alemães passaram a usar o arsênico e o cloreto de mercúrio no tratamento das sementes de trigo contra às doenças “cárie” e “carvão”. Em 1845 - A alimentação básica na Irlanda era a batata. Fazia-se de tudo com a batata. Para aumentar a produtividade, importaram batatas do Peru que vieram infestadas com um fungo (*Phytophthora infestans*). Nos anos chuvosos de 1845 a 1847, o fungo destruiu os batatais irlandeses e impossibilitou novos plantios devido à infestação nos solos. Por causa disto, um milhão de pessoas morreram e outras tantas migraram para os Estados Unidos. Esta crise irlandesa despertou na comunidade europeia a pesquisa e o uso de agrotóxicos.

Em 1942 - Descoberta do DDT. Foi a mais espetacular descoberta por eliminar todos os insetos conhecidos na época, embora 28 anos mais tarde (1970) já tinham sido detectadas 450 espécies de insetos resistentes ao DDT. Em 1943 - Começou a Revolução Verde, tendo como resultado uma alta produtividade de variedades de culturas, pelo um maior aumento do uso de fertilizantes, irrigação e agrotóxicos. As lavouras que continuavam no sistema tradicional apresentavam produções insignificantes se comparadas àquelas da Revolução Verde, mas a partir desta revolução começaram os impactos ambientais e a natureza passou a mostrar-se “frágil”. Segundo o Ministério da Saúde, a venda de agrotóxicos cresceu 250% no período de 1966 a 1981. Foi Publicado em 1962, Primavera Silenciosa (Silent Spring) de Rachel Carson, foi a primeira obra a detalhar os efeitos adversos da utilização dos pesticidas e inseticidas químicos sintéticos, iniciando o debate acerca das implicações da atividade humana sobre o ambiente e o custo ambiental dessa contaminação para a sociedade humana. A autora advertia para o fato de que a utilização de produtos químicos para controlar pragas e doenças estava interferindo com as defesas naturais do próprio ambiente natural. A mensagem era diretamente dirigida para o uso indiscriminado do DDT: barato e fácil de fazer, foi aclamado como o pesticida universal e tornou-se o mais amplamente utilizado dos novos pesticidas sintéticos antes que seus efeitos ambientais tivessem sido intensivamente estudados.

Até a 2ª Guerra Mundial, as quantidades de agrotóxicos usadas eram muito pequenas e os equipamentos de aplicação muito rústicos comparados com o final da 2º guerra mundial, pois os aviões de treinamento e combate foram transformados em aviões pulverizadores para as lavouras, favorecendo os pilotos de aviões-caça que estavam que na época eram desempregados tornaram-se pilotos agrícolas. Não existia uma tecnologia de aplicação e os agrotóxicos eram usados indiscriminadamente.

Então atinando para este fato, porque não investir uma parte do poder econômico em uma agricultura orgânica, ecológica e sustentável, com controles biológicos e naturais que substituam todo veneno chamado agrotóxico, ou defensivos agrícolas? Pelo menos 1 em cada 200 trabalhadores agrícolas , segundo a secretaria do estado de São Paulo, já esteve internado por problemas relacionados aos agrotóxicos. O Brasil consome 1/5 de todo agrotóxico produzido no mundo, alguns até proibidos de serem utilizados em seu país de origem. No Brasil o agrotóxico tem uma espécie de Máfia, onde o forte interesse econômico e a lucratividade dos distribuidores destes venenos

estão acima de problemas como o comprometimento da saúde e da contaminação do meio ambiente, das pessoas e dos alimentos.

Compostos orgânicos: Há uma série de vantagens para se utilizar do composto orgânico, dentre elas, a retenção de nutrientes existentes no solo, a agregação de partículas de terra, o aumento da capacidade de armazenamento de água tornando o solo mais fofo, favorecendo o desenvolvimento e a aeração das raízes. Isto se dar pelo fato deste material possuir um potencial de atributos físicos, químicos e biológicos adequados na agricultura.

O que faz um produto ser orgânico, é ele, está vinculado a algum tipo de cultura agrícola onde o seu processo de produção inibe o uso de produtos químicos artificiais, tais como inseticidas, fungicidas, pesticidas, herbicidas, nematicidas, fertilizantes químicos sintéticos, organismos geneticamente modificados, estimulantes de crescimento sintéticos e de antibióticos, agrotóxicos (este último termo restrito ao Brasil, por força da Lei no 7.802/89). Estes produtos orgânicos ao estarem sendo comercializados tendem a estar dentro dos padrões de certificação orgânica, devendo sempre estar em consonância com as diretrizes básicas estabelecidas pela IFOAM (International Federation of Organic Agricultural Movements).

Orgânico é um termo de rotulagem que indica que os produtos são produzidos atendendo às normas da produção orgânica e que estão certificados por uma estrutura ou autoridade de certificação devidamente constituída. A agricultura orgânica se baseia no emprego mínimo de insumos externos. No entanto, devido à contaminação ambiental generalizada, as práticas de agricultura orgânica não podem garantir a ausência total de resíduos. Contudo, é possível aplicar métodos que visem à redução, ao mínimo, da contaminação do ar, do solo e da água[4]. GALHARDO Borguini e SILVA Torres (2006).

De acordo com Torjusen et al. A maior parte das pessoas que compram alimentos orgânicos estão preocupadas às questões éticas, ambientais e de saúde e estão atentos nos aspectos de produção e de processamento dos alimentos orgânico.

FEIRAS SÃO ESPAÇOS PEDAGOGICOS

Para PALHANO SILVA (2012) as Feiras Estaduais de Economia Solidária caracterizam-se como:

- a) • Espaço de sociabilidade entre produtores e consumidores, a partir da exposição e comercialização de produtos dos grupos de economia solidária;
- b) • Espaço onde existem diversos tipos de comercialização entre produtores e destes para com os consumidores com base em princípios da economia solidária, do comércio justo e mesmo do consumo consciente;
- c) • Espaço de formação e informação aos empreendedores por meio de oficinas temáticas;
- d) • Espaço de estímulo e divulgação do Consumo Responsável dos produtos e serviços e exposição;
- e) • Espaço de publicização e divulgação de experiências e ações das várias instituições (governamentais ou não) e grupos de economia solidária;
- f) • Espaço de difusão conceitual e filosófico da economia solidária para público em geral que participam das feiras;
- g) • Espaço para a realização de atividades artísticas e culturais relacionadas à economia solidária.

PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES DAS FEIRAS

Nas primeiras aproximações e observações das feiras do Vale do Mamanguape - Paraíba, podemos afirmar que **FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA são espaço pedagógico para construção da identidade da vida saudável** para todos – produtores e consumidores – que com regularidade vivenciam formas de relações sociais, de sociabilidade, autogestão e sociabilidade.

Os primeiros dados sistematizados da pesquisa indicam que nesses espaços pode-se encontrar além de produção e comercialização de produtos livres de agrotóxicos, produção limpa, um espaço pedagógico de novas relações sociais, econômicas e culturais.

A) As feiras são espaços de sociabilidade, pois nelas, os sujeitos interagem com diálogos que vai além do processo de comercialização; na maioria dos casos há uma explicação para o consumidor sobre a origem do produto, especialmente, quando o

consumidor indaga como é produzido; ou mesmo, quando o produtor perceber que trata-se de um consumidor “de primeira viagem”; o diálogo aprofunda-se e as temáticas expostas podem chegar às formas de manipulação dos alimentos para sua conservação, seu preparo para o consumo, etc; há uma manifestação do pensamento que vai além da comercialização de produtos; inclusive, nesses espaços onde consumidores se encontram-se entre si, produtores se encontram-se entre si, consumidores e produtores se encontram (...) e podem realizar a pronúncia sobre o mundo; é um espaço de troca e ampliação de saberes;

b) As feiras são espaços de autogestão, pois os produtores podem vender seus produtos diretamente aos consumidores, numa relação econômica de estabelecimento de preço compatível com os custos do produto, sem exagero de preço; por tanto, realizam a administração geral de suas vendas; além dos produtores realizarem a gestão das finanças da feira, denominada de “caixa de feira”. Esse último é constituído pela contribuição financeira – estipulada antecipadamente para todos - de produtor ao final de cada feira para compor um caixa comum que serve para manutenção das bancas, por exemplo;

c) As feiras são espaços de identidade ecológica, consumo consciente e de consciência ambiental. Nesses ambientes seus participantes divulgam e dialogam sobre a importância dos produtos serem livres de agrotóxicos, como dizem são “ecológicos”, “limpos”, “sem agroquímicos”... ; das consequências que o mundo passa com áreas marcadas pelos desequilíbrios ecológicos; da utilização das monoculturas que elimina a biodiversidade; dos agrotóxicos que produzem resíduos poluentes...; induzindo a vivência de um padrão gerador inclusive de “consumo consciente” e de “consciência ambiental”.

CONCLUSÃO

Espera-se em breve responder: a) na visão dos produtores o que fundamenta um produto ser considerado como agroecológico, orgânico ou convencional? b) na visão dos produtores qual a importância do diálogo com os consumidores sobre a natureza dos produtos? c) na visão dos consumidores qual a importância que atribui a aquisição dos produtos advindos dos espaços das feiras agroecológicas e de economia solidária? d) como é construída a combinação entre a felicidade de gerir seu empreendimento de forma individual (sua banca com produtos) e a feira como empreendimento coletivo (composto por vários produtores); São sujeitos que vivenciam, com certeza, diversas

relações num movimento de construção do mundo sem exploração, sem dominação, mas sim com o cultivo da sua emancipação, onde as necessidades imediatas sejam resolvidas e enfrentadas, além de ser práticas que se colocam na efetivação da vivência dos parâmetros do que normalmente se coloca no plano de utopia. Esses podem dizer: estamos construindo um novo mundo, pois é possível com práticas marcadas pela solidariedade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento dos Sem Terra*. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2000.

CASTELLS, Manuel. *O poder da Identidade*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2000.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: *Anos 90 - política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1993.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra, 1987.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

PAIVA, Irene Alves. *Os aprendizados da prática coletiva. Assentados e militantes do MST*. (Tese de Doutorado), USP, São Paulo, 2003.

NOGUEIRA, M.A. e CATANE, A. (org). *BOURDIEU, Escritos da Educação*. Petrópolis, RJ. Vozes, 2005.

NÓVOA, a. FINGER, M. (Org). *O método (auto) biografia e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde, 1988.

PALHANO SILVA, Paulo Roberto. *MST, habitus e campo educacional: Plantando as sementes de uma educação libertadora*. Natal: UFRN, 2004. (Tese de Doutorado).

GALHARDO BORGUINI, Renata e SILVA TORRES, Elizabeth A. Ferraz. *Alimentos Orgânicos: Qualidade Nutritiva e Segurança do Alimento*. Campinas, 2006 (artigo).

_____. *Memória e identidade: um estudo das práticas educativas do MST*. SP, USP, IV CIPA, 2011.

_____. "Sem Terra (Without Land) Movement, Northeast Brazil". K. D. Muller, In: *Applied Geography Conferences*. Editor: F. Andrew Schoolmaster; Associete

Editores: Nancy Torrieri, Joe L. Sober e Ken G. Jones, University of Louisville, Estados Unidos, V. 18, Fascículo 01, 1995, pag. 155 à 185.

SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entram em Cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo, Cortez, 2000.

STEDILE, JOÃO Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava gente: Trajetória do MST no Brasil. São Paulo Fundação: Perseu Abramo 1999.

SOUZA, E.C. Pesquisa narrativa e escrita (auto) biográfica: interfaces metodológicas e formativas. In. SOUZA, E. C. e ABRAHÃO, M.H.B. (org). Tempos, narrativas e ficção: a invenção de si. Porto Alegre: EDPUCRS, 2006.

VIEIRA, P. F. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 1995.

THIOLLENT, M., (1994). Metodologia da pesquisa. São Paulo: ed. Cortez.

DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONOMICO-SUSTENTAVEL-SOLIDÁRIO E VIVÊNCIAS DO POTENCIAL PRODUTIVO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PARA SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA NO VALE DO MAMANGUAPE PARAIBANO

GALHARDO BORGUINI, Renata e SILVA TORRES, Elizabeth A. Ferraz. Alimentos Orgânicos: Qualidade Nutritiva e Segurança do Alimento. Campinas. 2006.

Torjusen H, Lieblein G, Wandel M, Francis CA. Food system orientation and quality perception among consumers and producers of organic food in Hedmark County, Norway. Food Qual Preferences. 2001;

PERUZZO, Tito Mirangaia; Canto, Eduardo Leite do. Coleção base: Química: Volume/ 1. Ed. – São Paulo: Moderna, 1999.